



CÂMARA DOS DEPUTADOS

## PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_, DE 2018

(Do Sr. Nilson Leitão)

Acrescenta os art. 565-A a 565-E à Lei 13.105, de 2015, altera o §1º do art. 1.212, da Lei 10.406, de 2002, e altera o art. 161 do Decreto-Lei 2.848, de 1940.

**Art. 1º.** Esta Lei altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para dispor sobre o procedimento de execução de decisões judiciais em ações possessórias em caso de invasão coletiva, permitir o uso de força policial nas situações de desforço imediato e criar o crime de esbulho possessório coletivo e aumentar as penas para o esbulho possessório simples.

**Art. 2º.** Acrescentem-se os seguintes artigos à Lei 13.105, de 16 de março de 2015:

Art. 565-A. O cumprimento das decisões em ações de manutenção ou de reintegração de posse, sejam de tutela provisória, sejam de tutela definitiva, deverão ser cumpridas no prazo fixado na decisão, que não poderá exceder 48 horas.

Art. 565-B. Havendo necessidade do uso da força pública, os atos deverão ser executados com apoio da Polícia Militar ou da Polícia Federal, conforme a respectiva competência.

Art. 565-C. O juiz determinará, na decisão, todas as medidas necessárias a seu imediato cumprimento, inclusive:

I – a suspensão do fornecimento de serviços públicos na área objeto da ação;



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

II – a remoção de todos os participantes do esbulho ou turbação coletivos, independentemente de estarem identificados no mandado;

III – a notificação, posterior à remoção dos participantes no esbulho ou turbação coletivos, à Ouvidoria Agrária Regional do Inca para tentar viabilizar área provisória na qual os participantes do esbulho ou turbação coletivos possam ser instalados e prédios para eventual guarda de bens;

IV – o encaminhamento, pelo comandante da operação, ao Poder Judiciário, ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Ouvidoria Agrária Regional do Inca de relatório circunstanciado sobre a execução da respectiva ordem.

Art. 565-D. As autoridades responsáveis por dar cumprimento à decisão judicial deverão usar de todos os meios necessários ao seu cumprimento, observado o princípio da razoabilidade e da proporcionalidade.

Art. 565-E. A autoridade que não der cumprimento à decisão judicial no prazo de 15 (quinze) dias, contados da sua ciência da decisão, incorrerá na prática de ato de improbidade administrativa e de crime previsto no art. 330 do Código Penal.

Parágrafo único. Nas mesmas penas incorrerão os participantes no esbulho ou na turbação coletiva.

**Art. 3º.** Acrescentem-se os art. 161-A e 161-B ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, com a seguinte redação:

### **Esbulho Possessório**

Art. 161-A. Invadir, com violência ou grave ameaça, terreno ou edifício alheio, para o fim de esbulho possessório.

Pena: Reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Parágrafo único. Se a propriedade é particular, e não há emprego de violência ou ameaça, somente se procede mediante queixa.

### **Ebulho Possessório Coletivo**

Art. 161-B. Invadir, mediante concurso de mais de duas pessoas, terreno ou edifício alheio, para o fim de esbulho possessório.

Pena: Reclusão de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.

Parágrafo único. Se os invasores permanecerem no local mesmo após serem notificados pelo possuidor, pelo proprietário ou pelas autoridades, a pena deverá ser aumentada de um terço à metade.

**Art. 4º.** Dê-se ao § 1º do art. 1.210 da Lei nº 10.406, de 2002, a seguinte redação, e acrescentem-se os §§2º a 4º ao mesmo art. 1.210:

§ 1º. O possuidor turbado, ou esbulhado, poderá manter-se ou restituir-se por sua própria força ou utilizar força policial, independentemente de ordem judicial, contanto que o faça logo e que os atos de defesa ou desforço não ultrapassem o indispensável à manutenção ou restituição da posse.

§2º. O direito a manter-se ou restituir-se por sua própria força ou utilizando força policial será exercido em até 01 (um) ano e 01 (um) dia, a contar da ciência da turbacão ou esbulho pelo possuidor ou proprietário.

§3º. Notificada pelo proprietário ou pelo possuidor da turbacão ou esbulho, a autoridade policial tomará todas as medidas necessárias à manutenção ou à restituicão a que se refere o §1º no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

§4º. A autoridade policial que descumprir o prazo referido no §3º incorrerá na prática de ato de improbidade administrativa e de crime previsto no art. 330 do Código Penal.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Art. 5º.** Suprimam-se o inciso II do §1º, e a íntegra dos §§ 2º e 3º, do art. 161 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

**Art. 6º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

Alguns dos grandes problemas jurídicos, processuais e constitucionais que enfrentamos hoje têm relação com a desrespeito à posse e à propriedade. Esses dois valores essenciais para qualquer sociedade que almeja desenvolver-se passaram por um processo de apequenamento danoso para o interesse público, para a economia, para as famílias, para a sociedade e até para o pleno desenvolvimento da personalidade individual de brasileiros que dedicaram sua vida ao campo, à produção, ao Brasil, enfim.

Esse movimento de desvalorização da propriedade e da posse (que pretende tratar esses direitos como se eles fossem opostos ao desenvolvimento socialmente responsável, quando na verdade é o contrário disso) refletiu-se, juridicamente, na tolerância com invasões de terra muitas vezes motivadas por políticas partidárias, na exposição dos produtores rurais a riscos inumeráveis, no desestímulo à produção, no desrespeito às decisões judiciais, na confusão sobre o papel das autoridades na proteção da posse e da propriedade.

Este projeto pretende devolver a dignidade aos direitos de propriedade e à posse e colocar o Estado ao lado de quem de direito.

Em primeiro lugar, pretendemos atingir esse fim dando a devida força às decisões judiciais de manutenção e reintegração de posse, através da disciplina da execução dessas decisões.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

A tolerância, se não estímulo, dos últimos governos com os atentados à propriedade e à posse lícita fragilizou o direito de propriedade no Brasil, atingindo até a força das decisões dos juízes, que são obrigados a assistir suas decisões serem questionadas em mesas de negociação de autoridades e supostos movimentos sociais.

Com isso, encorajaram-se as invasões de terras ou de imóveis urbanos, deixando os legítimos proprietários ou possuidores sem proteção estatal e impedindo os trabalhos das forças públicas, principalmente as polícias militares, quando elas atuavam para dar cumprimento a decisões judiciais.

O resultado disso é a insegurança jurídica, a debilidade do direito de propriedade, o descumprimento generalizado de decisões do Poder Judiciário e a demonização das polícias e dos proprietários.

É um consenso que uma decisão judicial não se discute, cumpre-se. Esse adágio, que se aplica a qualquer decisão, deve se aplicar também às decisões em ações possessórias, que não podem ser objeto de nenhuma negociação depois de terem sido tomadas.

Registre-se que o Código de Processo Civil de 2015 criou um procedimento diferenciado para as ações possessórias em caso de invasões coletivas que é muito cuidadoso, com a previsão de no mínimo uma audiência de mediação, participação do Ministério Público e da Defensoria Pública, notificação de diversos órgãos para, querendo, participar do processo e inspeção do imóvel pelo juiz (art. 565, do CPC).

Quando, num processo tão cercado de cuidados e proteções aos invasores, for proferida decisão de desocupação ou proteção possessória em geral, é ainda mais impensável que a execução da ordem judicial seja procrastinada a pretexto de negociações com os invasores, abertura de novos debates após o pronunciamento judicial, entre outras coisas que vêm acontecendo.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Para que isso ocorra, é preciso criarmos, por meio de lei, um procedimento a ser seguido nas execuções dessas decisões, para que a vontade do povo brasileiro, consagrada em uma norma emanada do órgão competente, o Poder Legislativo, se imponha ao emaranhado de cartilhas, recomendações, orientações e diretrizes feitas por órgãos que não têm competência e autoridade para produzir tais normas.

O procedimento que pretendemos criar por essa proposição responde a essa necessidade.

As ações possessórias não podem ser desvirtuadas para se transformar em instrumentos de políticas sociais ou de distribuição de terras. Elas são ações de proteção da propriedade e da posse.

O Poder Judiciário não pode ser transformado em arena de debates intermináveis sobre políticas sociais ou de distribuição de terras. Essa função cabe, quando couber, aos poderes políticos, que para tanto foram eleitos.

As autoridades administrativas, responsáveis por dar cumprimento às decisões judiciais, não podem “negociar” o seu cumprimento com réus já considerados, por decisão judicial de natureza satisfativa, em situação de ilegalidade.

Nenhuma margem de discricionariedade deve existir para essas autoridades na sua função de dar cumprimento às decisões judiciais.

O cumprimento da decisão judicial não pode ser transformado em ocasião para que, oportunisticamente, pessoas ou movimentos sejam agraciados com áreas, ainda que provisórias, para se instalar.

O cumprimento da decisão judicial de manutenção ou de reintegração de posse não deve se subordinar à disponibilização de outra área ou de qualquer outro bem pelo Estado, porquanto isso equivaleria, objetivamente, ao descumprimento da decisão judicial, que se tornaria um instrumento de



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

distribuição gratuita de bens por autoridades administrativas subordinadas, desprovidas de mandatos eletivos ou de qualquer outra forma de legitimidade jurídico-constitucional.

Não se pode mais tolerar a inversão de valores que faz do lícito, uma injustiça, e do ilícito, um arremedo de justiça redentora imposta à força por supostos desvalidos aos legítimos proprietários.

O direito de propriedade, no mais das vezes, é o direito que protege os frutos e os instrumentos de trabalho das pessoas. Sua proteção é uma forma de incentivar o trabalho e de garantir ao trabalhador ou ao produtor a previsibilidade necessária para que ele invista no que é seu. Portanto, a verdadeira justiça é proteger a propriedade e a posse legítima, porquanto ambas são, até prova em contrário, produzidas pelo esforço do ser humano.

Não cabe a grupos organizados decidir quando a propriedade é justa, mas aos tribunais. A partir do momento que eles, dando uma ordem de desocupação ou de proteção da posse ou da propriedade, reconhecem que ela é lícita e legítima, a Justiça está do lado do proprietário.

Por outro lado, o projeto pretende agir preventivamente, evitando que as invasões ocorram. Para isso, criamos o crime específico de esbulho possessório coletivo, que se aplicará a invasões por grupos enormes, muitas vezes a serviço de partidos, empenhados em espalhar o terror pelo campo. Também aumentamos as penas para o crime de esbulho possessório em geral, para proteger a posse inclusive contra invasões individuais.

Além disso, reforçamos o direito de o proprietário ou possuidor reagir à invasão, permitindo que ele possa acionar as autoridades policiais para ter, a seu lado, na defesa do seu direito, a legítima força do Estado. Caso a autoridade policial não cumpra com sua obrigação de apoiar o proprietário ou possuidor a manter seu direito, ou a reavê-lo, essa autoridade deverá responder por isso.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Em síntese, esse é um projeto extremamente necessário ao Brasil, pois pretende recolocar as coisas em seu devido lugar, garantindo:

- 1) que o direito fundamental à propriedade seja protegido,
- 2) que os proprietários tenham a devida segurança jurídica para investir nos seus imóveis e com isso dar cumprimento à sua função social,
- 3) que as ordens judiciais sejam cumpridas, que a função da polícia no cumprimento daquelas ordens seja valorizada e
- 4) que invasores de imóveis e perturbadores da ordem sejam tratados como o que de fato são.

Pelas razões expostas, peço aos nobres pares o apoio à presente proposição.

Sala das Sessões, 11 de abril de 2018.

Deputado **NILSON LEITÃO**  
PSDB/MT